



Divinópolis, 05 de maio de 2026

REQUERIMENTO Nº CM 1243/2026

Exmo. Senhor Vereador Israel Mendonça

Ilmo. Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Divinópolis

Senhor Presidente,

O Vereador que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer de Vossa Excelência que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, bem como à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, pedido de informações complementares e documentação comprobatória acerca da Portaria SEPLAG nº 032/2026, que dispõe sobre a concessão de férias-prêmio a servidores públicos municipais.

Sendo assim, requer-se que:

1. Seja encaminhada cópia integral de eventuais notas técnicas, pareceres, despachos administrativos, relatórios ou documentos internos que tenham fundamentado a definição dos critérios para seleção dos servidores incluídos na Portaria SEPLAG nº 032/2026.
2. Seja informado quais critérios objetivos, mensuráveis e previamente estabelecidos foram utilizados para a escolha dos 42 servidores contemplados, detalhando, se houver, parâmetros como:
 - a) tempo de serviço;



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

- b) tempo de aquisição do direito;
 - c) setor de lotação;
 - d) setor de lotação;
 - e) risco de aposentadoria;
 - f) ou outros fatores considerados.
3. Informar o número total de servidores do Município que possuem direito adquirido a férias-prêmio e, dentre estes, quantos:
- a) já usufruíram o benefício;
 - b) possuem períodos acumulados;
 - c) não foram incluídos na referida Portaria, mesmo estando em condições funcionais semelhantes.
4. Informar a distribuição dos 42 servidores por secretaria, setor e unidade administrativa, indicando também o total de servidores elegíveis em cada uma dessas unidades.
5. Informar quantos servidores incluídos na Portaria apresentaram manifestação formal contrária ao gozo da licença-prêmio, bem como encaminhar cópia das respostas administrativas eventualmente emitidas pela Secretaria competente a tais manifestações.
6. Informar, de forma agregada (sem identificação nominal), quantos dos servidores constantes na Portaria:
- a) encontram-se em readaptação funcional;
 - b) estiveram em licença para tratamento de saúde nos últimos 12 meses;
 - c) possuem registros de acompanhamento médico contínuo nos assentamentos funcionais.
7. Informar, de forma agregada, quantos dos servidores incluídos na Portaria:



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

- a) possuem processos administrativos disciplinares em andamento;
 - b) possuem ações judiciais em face do Município.
8. Informar quem foram os responsáveis pela definição da lista de servidores, especificando:
- a) se houve participação das chefias imediatas;
 - b) se a seleção foi centralizada na Secretaria de Planejamento;
 - c) ou se decorreu de indicação das secretarias de origem.
9. Informar se houve deliberação formal conjunta entre as secretarias municipais para definição da lista, encaminhando, em caso positivo, atas, registros ou comunicações oficiais que comprovem tal processo.
10. Encaminhar eventuais indicadores, relatórios ou estudos que demonstrem o impacto da concessão das férias-prêmio na prestação dos serviços públicos nas unidades afetadas.

Vereador VITOR COSTA

PT (Partido dos Trabalhadores)



JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo complementar as informações anteriormente solicitadas, diante da necessidade de maior detalhamento quanto aos critérios efetivamente adotados pela Administração Pública Municipal na edição da Portaria SEPLAG nº 032/2026.

Embora o Poder Executivo tenha apresentado justificativas de caráter geral, permanece necessária a comprovação documental dos critérios técnicos alegados, bem como a verificação da observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A ausência de critérios objetivos claramente demonstrados, bem como a eventual existência de tratamento diferenciado entre servidores em situações equivalentes, pode configurar violação ao princípio da impessoalidade, além de suscitar dúvidas quanto à finalidade administrativa do ato.

Além disso, a obtenção de dados agregados sobre condições funcionais e eventuais manifestações dos servidores é fundamental para assegurar transparência, controle legislativo e adequada fiscalização dos atos administrativos, sem qualquer violação à intimidade ou aos dados pessoais dos agentes públicos envolvidos.

Dessa forma, o presente requerimento visa garantir o pleno exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, assegurando que a gestão de pessoal do Município ocorra de forma transparente, técnica e em estrita conformidade com o interesse público.

Vereador VITOR COSTA

PT (Partido dos Trabalhadores)

Assinantes

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

W4Q**EEM****6P8****0Q2**